



MARIA DA PENHA

LEI Nº II.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006



SinproRio

Sindicato dos Professores do Município
do Rio de Janeiro e Região

DIRETORIA 2008-2011

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Wanderley Julio Quêdo

1º Vice-Presidente
Francilio Paes Leme

2º Vice-Presidente
Antonio Rodrigues

1º Secretário
Marcelo Pereira

2º Secretário
Afonso Celso Teixeira

1º Tesoureiro
Afonso Maria Silva Furtado

2º Tesoureiro
Rosi Alves Menescal

Procurador
Marcio Fialho de Oliveira

Diretor de Comunicação
Marcos Alexandre de Souza Gomes

Diretor de Patrimônio
Vera Lúcia S. da Câmara

Diretor de Educação e Cultura
Maria do Céu Carvalho

Suplentes da Diretoria
Adalgiza Burity da Silva
Dilson Ribeiro da Silveira
Wellington Freitas da Silva
Águida Valdiegila Cavalcante Silva

CONSELHO FISCAL

Titulares
José Cloves Praxedes de Araújo
Leila dos Santos Azevedo
José Angelo de Souza Benedito

Suplentes
Suzana Castro de Souza
Joaquim Pereira Esteves
João Gaya da Penha Valle

FEDERAÇÃO

Titulares
Glenio do Nascimento
Yara Maria Pereira

Suplentes
Gloria Maria Alves Ramos
Paulo Cesar Azevedo Ribeiro

DIRETORES DE ZONAS

Zonal Centro
Celeste Tereza Correia Morgado
Olney da Silva Almeida

Zonal Sul
Mariza de Oliveira Muñiz
Helcio Alvim Filho

Zonal Tijuca
Valquíria Jorgina Juncken
Carlos Henrique de Carvalho Silva

Zonal Barra/Jacarepaguá
Claudia Figueiredo Pereira
Ireni Felizardo

Zonal Méier
Elson Simões de Paiva
Oswaldo Luiz Cordeiro

Zonal Central
Vânio Marcos Lenzi
Octávio Ferreira Filho

Zonal Oeste (Campo Grande)
André Jorge M. da Costa Marinho
Fernando da Rocha Magno

Zonal Leopoldina
Viviane Almeida de Siqueira
Ana Lúcia Guimarães

Zonal Ilha do Governador
Maria da Glória Ibiapina Lopes
Magna Corrêa de Lima Duarte

APRESENTAÇÃO

Em 2011, o **Sinpro-Rio** completará 80 anos. Nesta trajetória de lutas e conquistas, as mulheres sempre estiveram presentes, em salas de aulas, assembleias, greves, e quase sempre também nas duplas e, muitas vezes, triplas jornadas de trabalho. Elas compõem a maioria da categoria e hoje também a maioria da população brasileira, o que não significa necessariamente uma maioria política; bastando constatar o seu percentual representativo nas esferas de poder no país, o que também, por si só, não significaria automaticamente a representação das bandeiras históricas das mulheres.

Esta situação gerou uma demanda social no Brasil, acolhida pela Constituição de 1988, que, nos termos de seu Artigo 226, busca a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. No bojo desta orientação constitucional, foi sancionada em 2006 a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que ainda é por muitos brasileiros e brasileiras ignorada, desrespeitada e, portanto, necessariamente carente de divulgação.

Neste sentido, o **Sinpro-Rio** - através de sua Comissão Permanente de Gênero e Etnia e em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) - imprimiu esta cartilha, com a reprodução da Lei Maria da Penha, para ampla divulgação e distribuição em nossa categoria. Nossos objetivos principais são: informar, instrumentalizar e ajudar na transformação de consciências e atitudes dentro e fora da vida doméstica e familiar e também no ambiente de trabalho.

Professor(a), participe desta luta sindicalize-se!
Boa leitura.

Wanderley Quêdo, Presidente **Sinpro-Rio**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I • DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º • Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º • Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º • Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§1º • O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§2º • Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º • Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II • DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I • DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º • Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I • no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II • no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III • em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único • As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º • A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II • DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º • São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I • a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II • a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III • a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV • a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V • a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III • DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I • DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º • A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I • a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II • a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III • o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV • a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V • a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI • a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII • a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII • a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX • o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II • DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º • A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de

Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§1º • O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§2º • O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I • acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II • manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§3º • A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III • DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10 • Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único • Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11 • No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- I • garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II • encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- III • fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV • se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V • informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12 • Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- I • ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
- II • colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III • remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV • determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V • ouvir o agressor e as testemunhas;

VI • ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII • remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§1º • O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I • qualificação da ofendida e do agressor;

II • nome e idade dos dependentes;

III • descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§2º • A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no §1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§3º • Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV • DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I • DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 • Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitarem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14 • Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único • Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15 • É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I • do seu domicílio ou de sua residência;
- II • do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III • do domicílio do agressor.

Art. 16 • Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especial-

mente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17 • É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II • DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

SEÇÃO I • DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 • Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I • conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II • determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III • comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19 • As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§1º • As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§2º • As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§3º • Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20 • Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único • O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21 • A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único • A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

SEÇÃO II • DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA QUE OBRIGAM O AGRESSOR

Art. 22 • Constatada a prática de violência doméstica e familiar

contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I • suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II • afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III • proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV • restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V • prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§1º • As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§2º • Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§3º • Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§4º • Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

SEÇÃO III • DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA

Art. 23 • Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I • encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II • determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III • determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV • determinar a separação de corpos.

Art. 24 • Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I • restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II • proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III • suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV • prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único • Deverá o juiz oficial ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO III • DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25 • O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26 • Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I • requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II • fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III • cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV • DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27 • Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28 • É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V • DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29 • Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30 • Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31 • Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32 • O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI • DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33 • Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único • Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

TÍTULO VII • DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 • A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35 • A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I • centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II • casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III • delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV • programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V • centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36 • A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37 • A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente,

pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único • O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38 • As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único • As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39 • A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40 • As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41 • Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42 • O art. 313 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 313 •

IV • se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência." (NR)

Art. 43 • A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61 •

II •

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... " (NR)

Art. 44 • O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 129 •

§9º • Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.
.....

§11 • Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45 • O art. 152 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152 •

Parágrafo único • Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR).

Art. 46 • Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e
118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA ROUSSEFF
Ministra Chefe da Casa Civil

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER

Ligue 180

DISQUE MULHER

Tel: (21) 2299-2121

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO RIO DE JANEIRO • CEDIM

Rua Carmerino, 51, Centro • Tel: (21) 2299-1996

NÚCLEO ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA • NUDEM

Rua México, 168, 3º andar, Centro • Tel: (21) 2240-3377, ramais 132 ou 134

ATENDIMENTO ESTADUAL:

Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) MÁRCIA LYRA

Rua Regente Feijó, 15 • Centro • RJ

Tel: (21) 2299-2122

Fax: (21) 2299- 2120

E-mail: ciam@cedim.rj.gov.br

Nova Friburgo

Tel: (22) 2525-9226

E-mail: crem@gigalink.com.br

Nilópolis

Tel: (21) 2791-5385

E-mail: casadamulhernilopolis@gmail.com

Niterói

Tel: (21) 2719-3985 • 2620-1993

E-mail: codim-nit@hotmail.com

ATENDIMENTOS MUNICIPAIS:

Rio de Janeiro • Rio Mulher

Rua Benedito, 125 • Praça Onze • Centro

Tel: (21) 2222-0861 • Ramais: 205, 206, 228, 231

Nova Iguaçu

Tel: (21) 2668-6383

Centro de Referência de Mulheres da Maré (UFRJ)

Rua 17, Vila do João • Maré

(anexo ao Posto de Saúde)

Tel/Fax: (21) 3104-9896

Atendimento: 2ª à 6ª feira das 9h às 17h

E-mail: equipe.crrmm@cfch.ufrj.br

Petrópolis

Tel: (24) 2243-6212

E-mail: assistentesocial01@hotmail.com

Rio das Ostras

Tel: (22) 2771-3125

E-mail: casadamulher@riodasostas.rj.gov.br

Belford Roxo

Tel: (21) 2761-5845 • Fax: 2761-6604

E-mail: coordenadoriadamulher@gmail.com

Cabo Frio

Tel: (22) 2645-1899

E-mail: secpom@gmail.com

Duque de Caxias

Tel: (21) 2672-6667

E-mail: crmulher@gmail.com

Santa Cruz

(21) 2299-7825

E-mail: borgesdaiana@bol.com.br

Mesquita

Tel: (21) 3763-6093

E-mail: camm@mesquita.rj.gov.br

São Gonçalo

Tels: (21) 2668-8228 • 3707-064021

E-mail: ceom.zuzuangel@bol.com.br •

ceomzuzuangel4@gmail.com

NÚCLEOS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO À MULHER • NIAM

NIAM Três Rios

Tels: (24) 2252-0058 • 2252-0058
E-mail: secpsocial@yahoo.com.br

NIAM Resende

Tels: (24) 3358-3479 • 3354-6374
E-mail: niamresende@yahoo.com.br

NIAM de Barra Mansa

Tels: (24) 3322-8436 • 3322-8098 • 3323-0436
E-mail: admprosocial@barramansa.rj.gov.br

NIAM de Campos dos Goytacazes

Tels: (22) 2733-2992 • 2735-3925
E-mail: niam.campos@yahoo.com.br

NIAM Teresópolis

Tel: (21) 2643-4237
E-mail: commulher.tere@yahoo.com.br

NIAM de Quissamã

Tels: (22) 2768-9300 • 2768-9359 • 2768-9455

DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAMS)

DEAM • Centro

Tels: (21) 2332-9994 • 2252-4166

DEAM • Oeste (Campo Grande)

Tels: (21) 2232-7644 • 2332-7648
2332-7645 • 2332-7638

DEAM • Jacarepaguá

Tels: (21) 3399-7580 • 3399-7581
3399-7585 • 3399-7587.

DEAM • Niterói

Tels: (21) 3399-3700 • 3399-3702 • 3399-3703

DEAM • São Gonçalo

Tels: (21) 3399- 3730 • 3399-3733

DEAM • Nova Iguaçu

Tels: (21) 3399-3720 • 3399-3721

DEAM • Duque de Caxias

Tels: (21) 3399-3710 • 3399-3708

DEAM • Belford Roxo

Tels: (21) 3399-3980 • 3399-3985

DEAM • Volta Redonda

Tels: (24) 3399-2279 • 3399-2169

ABRIGOS DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Os abrigos são locais temporários para mulheres, vítimas de violência doméstica e seus filhos menores, em situação de risco de vida. A mulher para chegar até eles precisa passar por um Centro de Atendimento ou Serviço Especializado da área.

Casa Abrigo Cora Coralina • Rio de Janeiro

Encaminhamento: Através do Rio Mulher
Tel: (21) 2222-0861 • Ramais 205, 206

Casa Abrigo Lar da Mulher • Rio de Janeiro

Encaminhamento: Através do Disque Mulher
Tel: (21) 2299-2121

Casa Abrigo Deiva Rampini • Volta Redonda

Encaminhamento: Através da Casa Berta Lutz
Tel: (24) 3345-4444 • Ramal 268

Casa da Mulher Benta Pereira • Campos dos Goytacazes

Encaminhamento: Através do NIAM
Tel: (21) 2735-3925

JUIZADOS ESPECIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Rio de Janeiro

Tel: (21) 2232-9939

Campo Grande

Tels: (21) 3551-7930 • 2413-5502

Jacarepaguá

Tels: (21) 2444-8165 • 2444-8171 • 2413-5502

Nova Iguaçu

Tels: (21) 2768-1238 • 2768-1239

CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER (CIAM)

Nova Iguaçu

Tel: (21) 3764-6415 • 3764-6416
E-mail: ciambaixada@social.rj.gov.br